



Demonstrações Financeiras
Consolidadas em **IFRS**
BANCO ORIGINAL

31 de dezembro de 2025

ÍNDICE

• Relatórios

Relatório da administração	3
Resumo do relatório do comitê de auditoria	7
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais.....	9

• Demonstrações financeiras individuais

Balanços patrimoniais consolidados	14
Demonstrações do resultado	16
Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa	18
Demonstrações consolidadas do resultado abrangente	20

• Notas explicativas

1. Contexto operacional	21
2. Base de preparação	21
3. Principais práticas contábeis	23
4. Caixa e equivalentes de caixa	31
6. Investimentos.....	40
7. Imobilizado.....	40
8. Ativos intangíveis	42
9. Direito de uso de bens arrendados.....	42
10. Outros ativos.....	43
11. Passivos financeiros	43
12. Provisões	45
13. Ativos e passivos fiscais	46
14. Outros passivos	48
15. Patrimônio líquido	49
16. Receita de juros e similares.....	50
17. Despesa com juros e similares.....	51
18. Ganho / (perda) líquidos em investimentos em instrumentos financeiros	51
19. Recuperação de créditos baixados para prejuízo.....	52
20. Resultado em operações de câmbio	52
21. Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias.....	52
22. Provisão para perdas esperadas em ativos financeiros.....	52
23. Despesas de pessoal	53
24. Despesas tributárias.....	53
26. Outras receitas / (despesas) líquidas	54
27. Partes relacionadas	54
28. Estrutura de gerenciamento de riscos	56
29. Suficiência de capital.....	59
30. Informações complementares	60
31. Eventos subsequentes.....	61

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A., acompanhadas das suas respectivas notas explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Essas informações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a legislação societária vigente, e em conformidade com as normas e instruções emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Cenário Geral

A economia brasileira apresentou crescimento mais moderado ao longo de 2025, após o ritmo mais robusto observado nos anos anteriores. O avanço estimado do PIB em torno de 2,1% no acumulado do ano reflete um processo de acomodação da demanda doméstica em ambiente de condições financeiras mais restritivas, com moderação mais evidente nos segmentos sensíveis ao crédito.

No cenário inflacionário, o processo de desinflação mostrou-se mais lento do que o inicialmente esperado. A inflação de serviços permaneceu pressionada ao longo do ano, enquanto alimentos voltaram a apresentar maior volatilidade em função de fatores climáticos e ajustes de oferta. Esse comportamento manteve os núcleos em patamar elevado, com o IPCA encerrando o ano em 4,26%.

Diante da persistência inflacionária e da necessidade de assegurar a convergência das expectativas, o Comitê de Política Monetária manteve a taxa Selic em 15,00% ao final de 2025, reforçando a sinalização de permanência em território restritivo por período prolongado, até que os efeitos defasados do aperto se consolidassem sobre atividade e preços.

A conta corrente ficou deficitária, mas o país seguiu com financiamento confortável. O déficit em transações correntes refletiu principalmente gastos líquidos em serviços e renda primária; por outro lado, a balança comercial superavitária foi o principal amortecedor do resultado externo. Além disso, os fluxos de Investimento Direto no País (IDP) permaneceram robustos e ajudaram a financiar o déficit sem depender excessivamente de capital de portfólio. Nesse contexto, somado ao diferencial de juros ainda elevado, o real se apreciou frente ao dólar na comparação anual, refletindo melhora relativa do fluxo cambial ao longo do ano, encerrando em R\$5,63.

Para 2026, o cenário macroeconômico aponta para desaceleração adicional da atividade, com projeção de crescimento de 1,7%, e trajetória inflacionária mais favorável, com IPCA estimado em 3,7%. A política monetária deve iniciar o ciclo de flexibilização na reunião de março, com a Selic convergindo para 12% ao final do ano. No ambiente externo, projetamos superávit comercial relevante (US\$ 68,4 bilhões) e taxa de câmbio em torno de R\$ 5,35 ao fim de 2026, refletindo diferencial de juros ainda elevado e continuidade dos fluxos de investimento direto. No segundo semestre, o calendário eleitoral pode gerar maior oscilação pontual nos mercados domésticos, movimento típico desse período e já considerado em nossas projeções para 2027.

No Original

O Banco Original é controlado pela holding J&F Participações S.A., pertencente ao maior grupo empresarial do Brasil, com atuação desde 1953 e com presença em mais de 20 países, empregando cerca de 300 mil colaboradores. O Grupo J&F controla um portfólio diversificado de empresas em diferentes setores, entre eles, o Banco Original, com atuação consolidada como Banco de Atacado reconhecido por sua solidez, oferecendo soluções financeiras ágeis e eficazes.

Desde julho de 2023, o foco do Banco Original está direcionado exclusivamente às operações de Atacado, com atendimento a clientes dos segmentos de Agronegócio, Corporate e Middle.

Pilares de Crescimento

Agronegócio: Desde o início de suas operações, a instituição atua no segmento do agronegócio, oferecendo soluções financeiras personalizadas para empresas e produtores rurais envolvidos nas principais atividades do setor, como algodão, café, milho, soja e entre outros. O foco está no atendimento a clientes com faturamento anual superior a R\$ 100 milhões, sempre em busca da excelência nos serviços prestados.

Corporate: Em 2013, foi lançado o segmento Corporate, que abrange empresas com faturamento anual a partir de R\$ 500 milhões, suportando grandes grupos econômicos e oferecendo soluções especialmente desenvolvidas para apoiar o crescimento e a expansão dos clientes.

Middle: Em 2022, foi dado início ao reforço do time do Middle com foco no atendimento a empresas com faturamento entre R\$ 50 e R\$ 500 milhões. O modelo de atuação é pautado em um relacionamento próximo com clientes Pessoas Jurídicas, por meio de um atendimento diferenciado, conduzido por gerentes especialistas.

Os produtos e serviços oferecidos pelo Banco Original estão alinhados às suas principais fontes de receitas e às necessidades dos clientes do segmento de Atacado, sendo compostos, principalmente, por empréstimos, fianças, derivativos, câmbio, compra de recebíveis, trade finance, captação de recursos, seguros e operações estruturadas.

Destaques Financeiros

Com o objetivo de suportar e expandir as operações da instituição, os acionistas realizaram aportes de capital no Banco Original no valor de R\$ 650 milhões ao longo do ano de 2025. Esses recursos tiveram como objetivo fortalecer a estrutura financeira do Banco, impulsionar a implementação de projetos estratégicos e garantir a continuidade do crescimento sustentável ao longo do exercício, refletido na expansão da carteira e na consolidação do modelo de negócios. A decisão reflete a confiança dos acionistas no potencial de expansão dos negócios e na solidez da instituição.



Carteira de Crédito

A carteira de crédito expandida encerrou 2025 com saldo de R\$ 21,7 bilhões, com destaque para o segmento de Atacado, que atingiu R\$ 19,4 bilhões, representando 94% do total da carteira, com crescimento de 31% em relação ao mesmo período de 2024. Esse desempenho reflete a elevada qualidade da carteira, com índice de inadimplência superior a 90 dias em 0,67%, apurado conforme os critérios da IFRS 9 – Financial Instruments.

Em comparação a 2024, a carteira de crédito do Agronegócio apresentou crescimento de 22%, enquanto o segmento Corporate registrou expansão de 31% e a carteira Middle avançou 24% no mesmo período. Em sentido oposto, a carteira de Varejo retraiu 57% em relação a dezembro de 2024, refletindo o reposicionamento estratégico da instituição como um banco com atuação exclusivamente voltada ao segmento de Atacado.

O prazo médio da carteira de ativos fechou o ano em 419 dias, refletindo a estratégia da instituição focada na segurança e na eficiência na alocação de recursos. A abordagem conservadora e orientada à performance também se reflete no Índice de Basileia, que alcançou 14,39% no final do período.

Em conformidade com a IFRS 9 – Financial Instruments, ao final de 2025, 92% das operações de crédito estavam classificadas nos Estágios 1 e 2, percentual ainda impactado pela carteira de Varejo, integralmente provisionada. Considerando exclusivamente as operações de Atacado, 98% estavam classificadas nos Estágios 1 e 2, percentual alinhado aos 89% das operações com garantias vigentes nos segmentos Corporate, Agronegócio e Middle.

Carteira de Captação

A carteira de captação encerrou 2025 com saldo de R\$ 30 bilhões, representando um crescimento de 15% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desse total, 37% foram originados por meio de operações incentivadas (LCA e LCI), o que contribuiu para a redução do custo médio de captação e para o fortalecimento da competitividade no mercado.

O prazo médio da carteira de passivos foi de 522 dias, evidenciando a eficiência da instituição na gestão de ativos e passivos.

Resultado Líquido

Concluimos 2025 com lucro líquido de R\$ 28.036 milhões, um resultado positivo mesmo diante dos desafios enfrentados após mudanças estratégicas, reestruturações e ajustes operacionais.

Agradecimentos

O reconhecimento vai aos clientes e parceiros, cuja confiança e apoio têm sido fundamentais para a continuidade das operações e a consolidação dos resultados. Também se destaca a contribuição dos 359 colaboradores, cuja dedicação e profissionalismo são determinantes para o desempenho e a evolução da instituição.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria (Comitê) do Conglomerado Original (Conglomerado) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do conglomerado, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê é um órgão estatutário com reporte ao Conselho de Administração (Conselho) e sua composição conta com dois membros externos independentes e um membro interno, em conformidade com o que estabelece a resolução CMN nº 4.910 de 27 de maio de 2021.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do comitê baseiam-se em informações recebidas da administração, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do comitê e os órgãos da administração executiva, de modo que as solicitações de informações dos componentes do colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A administração executiva é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A estrutura de auditoria interna é diretamente subordinada ao Conselho e é supervisionada pelo Comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados.

A auditoria interna provê o Conselho, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Conglomerado.

A Grant Thornton Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do Conglomerado, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se 11 (onze) vezes no exercício findo em 2025, realizando 79 (setenta e nove) reuniões. Destas, 11 (onze) com a Auditoria Interna, 2 (duas) com a empresa de auditoria independente, 11 (onze) com a Contabilidade e Controladoria e 55 (cinquenta e cinco) com os gestores de negócios e de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da Auditoria Interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Nenhuma recomendação foi emitida para o semestre findo em 30 de junho de 2025.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Conglomerado.

Não foram identificadas divergências significativas entre a Administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria, em relação às demonstrações financeiras para o período em análise.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Conglomerado.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas no período findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

O Comitê de Auditoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Original S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findos nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidadas do Banco Original S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de ativos financeiros

(Conforme Nota Explicativa nº 5.4.d, “Operações de crédito e Outras operações com características de concessão de crédito”)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:

O Banco tem como um de seus principais negócios a realização de operações de crédito e financiamentos. Neste sentido, a administração exerce julgamento para fins de determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em conformidade com os requerimentos da norma contábil IFRS 9 – Financial Instruments. Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possuía provisões para as operações de crédito e outros créditos com característica de crédito no montante de R\$ 1.394.006 mil. Em função da determinação do valor recuperável dos créditos ser uma estimativa contábil e possuir aspectos objetivos e subjetivos para sua determinação, consideramos a mensuração dessas provisões como sendo um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: (i) o entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como a análise sobre políticas contábeis internas em comparação aos requisitos da IFRS 9 – Financial Instruments; (ii) teste para validação da completude e integridade dos saldos; (iii) avaliação da atribuição do nível de provisão do devedor e consequentemente a classificação do estágio, através das premissas estabelecidas pela administração, com base nas premissas praticadas pelo mercado; (iv) monitoramento do controle e valorização das garantias; (v) monitoramentos das premissas estipuladas pela administração para a determinação dos estágios previstos no IFRS 9 – Financial Instruments; (vi) a avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Instituição na Nota Explicativa nº 5.4.d. das demonstrações financeiras.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e reconhecimento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Créditos tributários

(Conforme Nota Explicativa nº 13.d, “Composição dos ativos diferidos”)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possuía o montante de R\$ 3.707.069 mil referentes a créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, os quais a administração entende que é provável a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a adequada compensação desses créditos tributários. A projeção desses lucros tributáveis é baseada em premissas estabelecidas e fundamentadas pela administração e, portanto, envolvem julgamento e subjetividade. Consideramos a mensuração e realização desses créditos tributários como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: (i) o entendimento das premissas estabelecidas pela administração, e o teste de sua efetividade, conforme estabelecido nas práticas contábeis internacionais (IAS 12 – *Income Taxes*), que requerem a análise das perspectivas de realização desses créditos, mediante a estudo de recuperabilidade dos créditos; (ii) validação das movimentações de adições e baixas e da integridade com base em seus respectivos efeitos contábeis. Também foi escopo de nossas análises a validação da adequação das divulgações efetuadas pelo Banco referente a Nota Explicativa nº 13.d das demonstrações financeiras consolidadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das Demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi conduzido sob responsabilidade de outros auditores, que emitiram relatórios de auditoria datado em 05 de maio de 2025, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da administração. Não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 1º de abril de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Leonardo Mesquita Dantas
Contador CRC 1SP-263.110/O-7

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	4	84.118	193.664
Ativos financeiros			
Instrumentos financeiros	5	26.614.119	22.139.505
Mensurados ao valor justo por meio do resultado		2.078.570	1.917.871
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		–	1.381.608
Mensurados ao custo amortizado		25.929.555	21.447.817
Provisão para perdas esperadas		(1.394.006)	(2.607.791)
Ativos fiscais		3.730.943	3.535.796
Ativos fiscais correntes	13.b	23.334	21.741
Ativos fiscais diferidos	13.d	3.707.609	3.514.055
Investimentos	6	280.772	125.260
Imobilizado líquido	7	3.475	30.710
Ativos intangíveis líquidos	8	7.719	11.007
Direito de uso de bens arrendados	9	764	33.966
Outros ativos	10	1.227.409	815.399
Total do ativo		31.949.319	26.885.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo			
Passivos financeiros		29.746.268	25.477.686
Mensurados ao custo amortizado	11	29.746.268	25.477.686
Provisões	12	220.846	125.063
Passivos fiscais		50.989	51.656
Passivos fiscais correntes	13.c	8.295	13.476
Passivos fiscais diferidos	13.f	42.694	38.180
Outros passivos	14	116.624	205.635
Patrimônio líquido			
Capital social	15.a	1.656.534	5.080.001
Reserva de lucros		10.894	–
Outros resultados abrangentes		141.921	(34.595)
Lucros / Prejuízos acumulados		16.137	(4.020.139)
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		1.814.592	1.025.267
Participação de acionistas não controladores		–	–
Total do patrimônio líquido		1.814.592	1.025.267
Total do passivo e patrimônio líquido		31.949.319	26.885.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Produto bancário		332.110	1.024.374
Receita de juros e similares	16	2.609.800	3.201.528
Despesa de juros e similares	17	(3.787.408)	(2.513.569)
Ganho/(perda) líquidos em investimentos em instrumentos financeiros	18	1.434.325	21.443
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	19	29.109	232.707
Resultado em operações de câmbio	20	7.631	(2.493)
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	21	38.653	84.758
Provisão para perdas esperadas em ativos financeiros		257.067	(1.443.225)
Perda esperada em operações de crédito	22	257.067	(1.443.225)
Produto bancário líquido de perdas esperadas de ativos financeiros		589.177	(418.851)
Outras receitas e despesas		(546.689)	(714.859)
Despesas de pessoal	23	(226.670)	(225.861)
Despesas tributárias	24	(28.738)	(51.851)
Outras despesas administrativas	25	(373.625)	(713.442)
Resultado de participação em coligadas	6	29.836	12.722
Outras receitas / (despesas) líquidas	26	52.508	263.573
Resultado antes dos impostos		42.488	(1.133.710)
Imposto de renda e contribuição social	13a	(14.452)	493.810
Resultado líquido do exercício		28.036	(639.900)
Atribuído ao controlador		28.036	(639.900)
Atribuído aos não controladores		–	–
Resultado líquido por ação em Reais			
Ações ordinárias		0,021	(0,721)
Ações preferenciais		0,021	(1,651)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Notas	Capital social	Reservas de Lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados	Subtotal	Acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Não Auditado)		4.580.001	–	(7.635)	(3.378.422)	1.193.944	–	1.193.944
Aumento de capital	15.a	500.000	–	–	–	500.000	–	500.000
Resultado do exercício		–	–	–	(639.900)	(639.900)	–	(639.900)
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	15.d	–	–	(26.960)	–	(26.960)	–	(26.960)
Outros ajustes		–	–	–	(1.817)	(1.817)	–	(1.817)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		5.080.001	–	(34.595)	(4.020.139)	1.025.267	–	1.025.267
Mutações do período		500.000	–	(26.960)	(641.717)	(168.677)	–	(168.677)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		5.080.001	–	(34.595)	(4.020.139)	1.025.267	–	1.025.267
Aumento/Redução de capital	15.a	(3.423.467)	–	–	4.085.396	661.929	–	661.929
Resultado do exercício		–	–	–	28.036	28.036	–	28.036
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	15.d	–	–	176.516	–	176.516	–	176.516
Outros ajustes		–	–	–	(65.227)	(65.227)	–	(65.227)
Destinações								
Absorção de Prejuízos Acumulados		–	–	–	(11.929)	(11.929)	–	(11.929)
Reserva Legal		–	545	–	(545)	–	–	–
Dividendos Obrigatórios Não Distribuídos		–	2.587	–	(2.587)	–	–	–
Reserva Estatutária		–	7.762	–	(7.762)	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025		1.656.534	10.894	141.921	5.243	1.814.592	–	1.814.592
Mutações do período		(3.423.467)	10.894	176.516	4.025.382	789.325	–	789.325

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	28.036	(639.900)
Ajustes ao resultado líquido do exercício	(114.938)	1.096.955
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(9.004)	(7.612)
Perdas esperadas em operações de crédito	(257.067)	1.443.225
Depreciações e amortizações	17.633	118.882
Provisão para participação nos lucros	35.619	26.276
Resultado de variação cambial	220.871	31.593
Ajuste de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	27.135	5.588
Resultado da participação em coligadas	(29.836)	(12.722)
(Lucro) / prejuízo na alienação de ativos	(23.442)	(3.892)
Ativos e passivos fiscais diferidos	(189.710)	(546.543)
Provisões	95.783	45.770
Atualização de depósitos judiciais	(1.371)	(1.272)
Atualização de impostos a compensar	(1.549)	(2.338)
Resultado líquido do exercício ajustado	(86.902)	457.055
Variações em ativos e passivos	(2.104.403)	(930.146)
Redução / (aumento) em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(187.834)	1.023.885
Redução / (aumento) em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	(5.783.808)	(1.639.945)
Redução / (aumento) em ativos fiscais	(1.593)	1.700
Redução / (aumento) em outros ativos	(499.476)	(783.673)
Aumento / (redução) em passivos financeiro mensurados ao custo amortizado	4.498.119	550.365
Aumento / (redução) em passivos fiscais	(5.181)	(2.662)
Aumento / (redução) em outros passivos	(124.630)	(79.816)
Caixa líquido (utilizado) / gerado nas atividades operacionais	(2.191.305)	(473.091)

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Atividades de investimento		
(Aquisição) de investimentos	(4.945)	(27)
(Aquisição) de imobilizado	(983)	(1.140)
Alienação / baixa de imobilizado	21.436	–
(Aquisição) de ativos intangíveis	(7.187)	(11.487)
(Aquisição) de direito de uso de bens arrendados	(629)	–
Baixa de direito de uso de bens arrendados	33.455	–
Redução / (aumento) em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.381.608	(444.897)
Caixa líquido (utilizado) / gerado nas atividades de investimento	1.422.755	(457.551)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	650.000	500.000
Varição da participação de não controladores		(1.817)
Caixa líquido (utilizado) / gerado nas atividades de financiamento	650.000	498.183
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(118.550)	(432.459)
Saldo inicial	193.664	618.511
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	9.004	7.612
Saldo final	84.118	193.664
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(118.550)	(432.459)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Resultado líquido do exercício	28.036	(639.900)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Ativos financeiros		
Variação de valor justo	(63.229)	95.983
Efeito dos tributos	13.394	(45.647)
Hedge		
Ganhos reclassificados para o resultado	(42.102)	(27.044)
Perdas reclassificadas para o resultado	13.750	4.241
Variação cambial de investimento no exterior	22.402	(55.423)
Outros		
Coligada	(120.731)	–
Outros resultados abrangentes	(176.516)	(27.890)
Resultado abrangente	(148.480)	(667.790)
Atribuído ao controlador	(148.480)	(667.790)
Atribuído aos não controladores	–	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2025

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional

O Banco Original S.A. (Original) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento, de investimento e de crédito imobiliário, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua Porto União, 295, Brooklin Paulista, São Paulo - SP.

O Original é controlado pela J&F Participações S/A, que detém 100% de suas ações ordinárias e preferenciais.

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do Original foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas anuais, de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), conforme aprovado pelo International Accounting Standards Board (IASB), considerando o pressuposto da continuidade, em que a Administração avalia a capacidade operacional no futuro previsível por meio de planejamento anual, fluxos de caixa e revisão dos controles e responsáveis pela governança. Portanto, estas demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações emitidas pelo IFRIC.

As contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. A Administração entende que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável aos leitores destas demonstrações financeiras consolidadas.

Exceto quando indicado, os valores apresentados nas demonstrações e respectivas notas explicativas possuem ajustes de arredondamento sendo, para cima se a primeira casa decimal for igual ou superior a 5 e para baixo quando inferior. Tais ajustes não ocasionam em distorções significativas às divulgações.

Na preparação destas demonstrações, o Original utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nas IFRS e nas interpretações do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC).

2.1. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

a) Pronunciamentos aplicáveis em 2025

Passou a vigorar, em 1º de janeiro de 2025, a alteração à IAS 21 - *Effects of Changes in Foreign Exchange Rates, relacionada à ausência de conversibilidade entre moedas (Lack of Exchangeability)*. A adoção dessa alteração não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

b) Pronunciamentos emitidos e ainda não vigentes

Dentre os pronunciamentos e alterações emitidos pelo IASB e ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025, destacam-se as alterações à IFRS 9 e à IFRS 7, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, e as IFRS 18 e IFRS 19, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. O Banco não adotou antecipadamente esses pronunciamentos e alterações e está avaliando os impactos de sua adoção. Até o momento, não foram identificados efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras consolidadas, exceto por eventuais impactos de apresentação e divulgação.

2.2. Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações financeiras consolidadas devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pelo Banco estão relacionadas com os seguintes tópicos:

i) Perda de crédito esperada

A mensuração da perda de crédito esperada requer aplicação de premissas significativas e uso de modelos quantitativos e qualitativos. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de seus modelos e, conforme sua experiência, realiza ajustes que podem ser decorrentes da condição de crédito de determinados clientes ou de ajustes temporários decorrentes de situações ou novas circunstâncias que ainda não foram refletidas na modelagem. As principais premissas são:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha apropriada de modelos quantitativos e qualitativos; e
- Informações com base em ativos financeiros similares para efeitos de mensuração;

ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes de mercado na data de mensuração. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é obtido com base nesse preço. Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias são registrados na rubrica "Ativos diferidos". As obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Passivos diferidos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizados pela Administração.

iv) Ativos e passivos contingentes (provisões)

Ativos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial do Original, exceto quando há evidências que assegurem sua realização.

Os passivos contingentes classificados como de risco de perda prováveis são reconhecidos no balanço patrimonial na rubrica provisões.

O Original revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

Os valores das contingências são quantificados através de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

3. Principais práticas contábeis

a) Consolidação

a.1) Subsidiárias

De acordo com a IFRS 10 - demonstrações financeiras consolidadas, subsidiárias são todas as entidades nas quais o Original possui controle.

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

a.2) Entidades controladas consolidadas nas demonstrações financeiras

Entidades controladas são todas as entidades às quais o Original está exposto, ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. Uma avaliação de controle é realizada de forma contínua. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é estabelecido até a data em que o controle deixa de existir.

Atividade	Capital social integralizado	Ações e / ou cotas	31/12/2025	31/12/2024	
			Participação total e com direito a voto	Participação total e com direito a voto	
Entidades controladas					
Original Hub Ltda.	Prestação de serviços	9.450	9.449.055	99,99%	99,99%
Flora Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	Fundo de investimento	121.341	136.134	100,00%	100,00%
Laguz I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP	Fundo de investimento	500.000	705.804	100,00%	100,00%
Original Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	Fundo de investimento	18.973	534.157	100,00%	–

a.3) Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais

Atividade	Capital social integralizado	Ações e / ou cotas	31/12/2025	31/12/2024	
			Participação total e com direito a voto	Participação total e com direito a voto	
Entidades controladas					
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de seguros	284.664	56.927.051	19,99%	19,99%
PicPay Holdings Netherlands B.V.	Holding	2.357.716	10.139.388	9,50%	9,00%

O valor total de ativos, passivos, resultado líquido e patrimônio líquido das entidades avaliadas pelo método da equivalência patrimonial são:

Entidade	Ativo circulante	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Passivos contingentes	Outros resultados abrangentes	31/12/2025
							Resultado abrangente total
PicPay Holdings Netherlands B.V.	79.933	2.988.558	87.016	2.586.333	–	48.170	346.972
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	15.243	–	1.604	8.080	25.983	–	(20.424)

Entidade	Ativo circulante	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Passivos contingentes	Outros resultados abrangentes	31/12/2024
							Resultado abrangente total
PicPay Holdings Netherlands B.V.	145	1.428.623	–	1.154.555	–	7.258	274.213
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	18.935	–	3.530	4.986	32.054	–	(21.636)

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 25 de março de 2026.

b) Conversão de moedas estrangeiras

b.1) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Original estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para a subsidiária, entidade sob controle, o Original definiu a moeda funcional, como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera.

b.2) Transações com moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos financeiros expressos em moeda estrangeira são convertidos para Reais na data de balanço pela taxa de câmbio vigente na respectiva data e as diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado na rubrica “variações cambiais”.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, exceto quando forem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

d.1) Classificação e mensuração de ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados:

- i) Ao custo amortizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;
- ii) Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda;
- iii) Ao valor justo por meio do resultado quando os ativos financeiros que não atendem aos critérios descritos acima;

“Principal”, para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem de:

- i) O modelo de negócios no qual são administrados;
- ii) As características de seus fluxos de caixa;

Modelo de negócios representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, o Original considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios tais como os gestores do negócio são remunerados e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do

teste SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

Teste SPPJ é a avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

d.2) Custo amortizado

Os ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, menos a amortização do principal e juros, e qualquer provisão para perda de crédito esperada.

d.3) Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. O Original classifica a hierarquia de valor justo conforme sua relevância em três níveis:

Nível 1, ativos com preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata;

Nível 2, técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata; e

Nível 3, técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível;

d.4) Instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são os que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor, ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O Original mensura subsequentemente todos os seus instrumentos de patrimônio ao valor justo por meio do resultado, exceto quando a Administração escolhe, no reconhecimento inicial, designar, irrevogavelmente, um instrumento de patrimônio como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se for mantido com outro propósito que não apenas gerar retornos. Quando esta escolha é feita, os ganhos e perdas no valor justo do instrumento são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente e não são reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado, mesmo na venda. Dividendos continuam a ser reconhecidos na demonstração do resultado quando o direito do Original é estabelecido.

d.5) Instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são os que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando:

i) Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam

apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e

ii) São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda;

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

d.6) Reclassificação de ativos e passivos financeiros

O Original não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

d.7) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O Original desreconhece um ativo financeiro quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Se a renegociação não resultar em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o Original reconhece um ganho ou perda de modificação.

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis ou se foram transferidos para terceiros e: i) o Original transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade ou ii) o Original não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento é feito pelo Original quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoadada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

d.8) Perda de crédito esperada

A mensuração da perda de crédito esperada requer aplicação de premissas significativas e uso de modelos quantitativos e qualitativos. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de modelos e, conforme sua experiência, realiza ajustes que podem ser decorrentes da condição de crédito de determinados clientes ou de ajustes temporários decorrentes de situações ou novas circunstâncias que ainda não foram refletidas na modelagem.

O Original considera o período contratual máximo sobre o qual estará exposto ao risco de crédito do instrumento financeiro. Entretanto, ativos que não tenham vencimento determinado têm a vida esperada estimada com base no período de exposição ao risco de crédito.

A IFRS 9 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. O Original utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada. As principais informações prospectivas utilizadas na determinação da perda esperada estão relacionadas com a taxa Selic e o produto interno bruto (PIB).

Cenários macroeconômico envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado.

Em cenários de perda ponderados pela probabilidade, o Original utiliza um horizonte de observação adequado à classificação em estágios, considerando a projeção a partir de variáveis econômicas.

A baixa de operações para prejuízo é feita para contratos com atrasos superiores a 360 dias, de acordo com estudos de rolagem da carteira e recuperação de créditos anteriormente baixados.

A cada período das demonstrações financeiras, o Original avalia se o risco de crédito sobre um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial utilizando indicadores relativos e absolutos, que consideram o atraso e a probabilidade de default (PD), por produto. O Original avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como a contraparte, o tipo e as características do produto e a região em que foi contratado.

Dessa forma, as operações são classificadas em três estágios, sendo:

Estágio 1 - perda de crédito esperada em 12 meses, que representa eventos de inadimplência de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito;

Estágio 2 - perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro, que considera todos eventos de inadimplência. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito, cujo risco de crédito aumentou significativamente; e

Estágio 3 - perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação, que considera eventos de inadimplência. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros, aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado líquido de provisão e não ao valor contábil bruto;

Os ativos migram entre os três estágios à medida que seu risco de crédito deteriora ou evolui para um cenário de recuperação.

d.9) Cálculo da perda esperada

O Original calcula a perda esperada (PE) para mensurar a insuficiência de caixa, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

O detalhamento dos mecanismos de cálculo de PE envolvem:

i) Probabilidade de inadimplência (Probability of default - (PD)), que é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.

ii) Exposição no momento da inadimplência (Exposure at default - (EAD)), que representa uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados.

iii) Perda reconhecida devido a inadimplência (Loss given default - (LGD)), que significa uma estimativa de perda originada no caso da inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É usualmente expressa como uma porcentagem da EAD.

O período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, exceto se o Original legalmente tiver o direito de liquidar antecipadamente.

A determinação da estimativa para perda esperada em cada um dos três estágios, considera:

No estágio 1, o cálculo da provisão da PE em 12 meses baseada na expectativa de ocorrência de inadimplência para os 12 meses seguintes a data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada descontada a valor presente;

No estágio 2, a ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, quando uma provisão de PE é reconhecida. A determinação da estimativa é similar ao estágio 1, porém a PD e a LGD são estimadas ao longo da vida do instrumento. A expectativa de insuficiência de caixa é descontada a valor presente; e

No estágio 3, operações com problemas de recuperação, onde a PD é reconhecida ao longo da vida das mesmas. O método é similar ao utilizado nos estágio 1 e 2. No entanto, a PD é determinada em 100%;

d.10) Taxa de juros efetiva

Para o cálculo da taxa de juros efetiva, o Original estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do instrumento financeiro. No caso de instrumentos com problemas de recuperação de crédito, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada, considerando a perda de crédito esperada, ao custo amortizado do ativo financeiro.

e) Imobilizado

O imobilizado de uso é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

f) Ativos intangíveis e ágio

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem software e licenças de uso e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

O ágio é diferença entre o valor pago e os ativos líquidos adquiridos da aquisição de participação em uma entidade. O ágio não é amortizado, tendo seu valor recuperável avaliado semestralmente ou quando da existência de indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa (UGC) e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

g) Direito de uso de bens arrendados

O Original é arrendatário, principalmente, de bens imóveis para realização de suas atividades comerciais e administrativas. O reconhecimento inicial ocorre na assinatura do contrato, na rubrica outros passivos financeiros, que corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente, amortizados de forma linear pelo prazo do contrato de arrendamento.

h) Passivos fiscais

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O reconhecimento das provisões para o imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo acumulado, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário.

A despesa de impostos sobre a renda é reconhecida no resultado, exceto quando advinda de uma transação reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes; nesse caso, o efeito fiscal é reconhecido no próprio resultado abrangente. É calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota cabível ao lucro real do período e das variações dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos no resultado.

Os ativos e passivos diferidos incluem as diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou receber sobre as diferenças entre o valor contábil e sua respectiva base fiscal. Os ativos diferidos sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

i) Outros ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e provisão para perda, quando necessário.

j) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto quando forem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, classificação aplicada aos instrumentos financeiros derivativos.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes e passivos contingentes são possíveis direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração entender que sua realização for praticamente certa e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e sem possibilidades de recursos e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- i) Prováveis, para as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial na rubrica provisões;
- ii) Possíveis, as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo reconhecida no balanço patrimonial uma provisão; e
- iii) Remotas, as quais não requerem provisão e tampouco divulgação;

l) Capital social

Constituído por ações ordinárias e preferenciais e classificadas no patrimônio líquido.

m) Resultado líquido por ação

O resultado líquido por ação é calculado pela divisão do resultado líquido atribuído aos controladores do Original pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em cada exercício.

n) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o Original fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que o Original espera receber em troca desses serviços. Um modelo de cinco etapas é aplicado para o reconhecimento das receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho do contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento da receita quando as obrigações de desempenho, pactuadas nos contratos com clientes, são satisfeitas. Os custos incrementais e os custos para cumprir contratos com clientes são reconhecidos como despesa, quando efetivamente incorridos.

o) Benefícios a empregados

O Original oferece a título de benefício pós-emprego aos seus colaboradores a extensão do seguro saúde, nas condições estabelecidas na convenção coletiva dos bancários, pelo período de até 180 dias, a partir da data da rescisão do contrato de trabalho.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidades	13.688	193.664
Caixa e bancos em moedas estrangeiras	8.291	191.499
Caixa e bancos em moeda nacional	5.397	2.165
Aplicações em moedas estrangeiras	70.430	–
Total	84.118	193.664

5. Ativos financeiros

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Mensurados ao valor justo por meio do resultado		2.078.570	1.917.871
Títulos e valores mobiliários	5.2	2.051.080	1.979.952
Instrumentos financeiros derivativos	5.3	27.490	(62.081)
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		–	1.381.608
Títulos e valores mobiliários	5.2	–	1.381.608
Mensurados ao custo amortizado		25.929.555	21.447.817
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.1	975.926	639.645
Títulos e valores mobiliários	5.2	4.235.072	4.579.207
Operações de crédito	5.4.a	11.008.321	11.405.167
Outras operações com características de concessão de crédito	5.4.b	8.524.356	3.780.732
Outros instrumentos financeiros	5.5	1.185.880	1.043.066

5.1. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	31/12/2025 Total	31/12/2024 Total
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.024	967.159	976.183	639.645
Perda esperada associada ao risco de crédito	(155)	–	(155)	–
Ajuste de hedge de valor justo	(102)	–	(102)	–
Total	8.767	967.159	975.926	639.645

5.2. Títulos e valores mobiliários

a) Resumo da carteira por categorias

	Valor contábil bruto	Perda de crédito esperada	Ajuste ao valor justo	Ajuste de hedge de valor justo	31/12/2025 Saldo contábil”	31/12/2024 Saldo contábil
Custo amortizado (CA)	4.227.651	(564)	–	7.421	4.234.508	4.579.207
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	–	–	–	–	–	1.381.608
Valor justo por meio do resultado (VJR)	1.552.766	–	498.314	–	2.051.080	1.979.952
Total	5.780.417	(564)	498.314	7.421	6.285.588	7.940.767

b) Resumo da carteira por categoria e tipo de papel

	Carteira Própria	Compro- missos de Recompra	Vinculados a		31/12/2025 Saldo contábil	31/12/20254 Total
			Presta- ção de garantias	Banco Central do Brasil		
Custo amortizado (CA)	3.207.329	–	851.370	175.809	4.234.508	4.579.207
Títulos Públicos	2.474.362	–	851.370	175.809	3.501.541	2.475.687
Títulos Privados	732.967	–	–	–	732.967	2.103.520
Certificados de recebíveis imobiliários – CRI	8.953	–	–	–	8.953	8.519
Notas comerciais – NC	724.578	–	–	–	724.578	2.095.001
Perda de crédito esperada	(564)	–	–	–	(564)	–
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	–	–	–	–	–	1.381.608
Títulos Públicos	–	–	–	–	–	1.339.758
Fundos de Investimentos	–	–	–	–	–	41.850
Valor justo por meio do resultado (VJR)	2.003.157	–	47.923	–	2.051.080	1.979.952
Títulos Públicos	464.452	–	–	–	464.452	151
Títulos Privados	1.492.107	–	–	–	1.492.107	1.924.820
Ações de companhias abertas	44.958	–	–	–	44.958	–
Bônus de subscrição de companhias abertas	22.396	–	–	–	22.396	–
Ações de companhias fechadas	614.941	–	–	–	614.941	602.435
Precatórios	809.812	–	–	–	809.812	1.322.385
Fundos de Investimentos	46.598	–	47.923	–	94.521	54.981
Total	5.210.486	–	899.293	175.809	6.285.588	7.940.767

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na B3. O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, ou agentes de mercado, quando necessário.

5.3) Instrumentos financeiros derivativos

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções padronizadas** - Cotações em bolsas;
 - **Opções não padronizadas** - Determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
 - **Swaps e NDF** - O fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3.
- Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor justo e seus valores referenciais notional e estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

a) Composição de instrumentos financeiros derivativos por indexador

						31/12/2025	31/12/2024
	Futuros	Opções	Swaps	NDF	Câmbio	Saldo contábil	Total
Valor justo por meio do resultado (VJR)							
Juros							
Valor de Referência	25.073.610	–	2.626.673	1.872.876	–	29.573.159	29.944.649
Valor Justo - Ativo	–	–	63.929	43.630	–	107.559	199.670
Valor Justo - Passivo	–	–	(39.046)	(2.898)	–	(41.944)	(164.062)
Moeda Estrangeira							
Valor de Referência	1.104.338	2.563.038	2.597.285	2.929.156	653	9.194.470	11.275.423
Valor Justo - Ativo	–	–	110.413	11.261	19	121.693	13.157
Valor Justo - Passivo	–	(132.206)	(1.717)	(25.895)	–	(159.818)	(110.846)

b) Composição de instrumentos financeiros derivativos por vencimento

						31/12/2025	
	Futuros	Opções	Swaps	NDF	Câmbio	Total	
Por valor de referência							
0 - 30	4.159.531	72.338	982.022	2.316.087	653	7.530.631	
31 - 90	4.168.667	544.850	317.958	1.930.775	–	6.962.250	
91 - 365	6.115.501	1.477.100	2.180.476	555.170	–	10.328.247	
366 - 720	3.081.101	468.750	1.436.459	–	–	4.986.310	
Acima de 721 dias	8.653.148	–	307.043	–	–	8.960.191	
Total	26.177.948	2.563.038	5.223.958	4.802.032	653	38.767.629	
Por valor justo - Ativo							
0 - 30	–	–	84.379	24.764	19	109.162	
31 - 90	–	–	17.205	18.840	–	36.045	
91 - 365	–	–	38.837	11.287	–	50.124	
366 - 720	–	–	27.239	–	–	27.239	
Acima de 721 dias	–	–	6.682	–	–	6.682	
Total	–	–	174.342	54.891	19	229.252	
Por valor justo - Passivo							
0 - 30	–	(5.434)	(5.607)	(11.400)	–	(22.441)	
31 - 90	–	(42.482)	(662)	(12.305)	–	(55.449)	
91 - 365	–	(50.211)	(17.992)	(5.088)	–	(73.291)	
366 - 720	–	(34.079)	(16.456)	–	–	(50.535)	
Acima de 721 dias	–	–	(46)	–	–	(46)	
Total	–	(132.206)	(40.763)	(28.793)	–	(201.762)	

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco Original reconheceu o risco de crédito próprio (DVA) de R\$45 em operações de swap e de R\$17 em operações de NDF, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida de Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.

c) Hedge de investimento líquido no exterior

O Original contrata instrumentos derivativos na gestão de riscos da variação cambial do seu investimento em agência nas Ilhas Cayman, cuja moeda de suas operações é o dólar e documenta a relação entre instrumento de hedge desse investimento, bem como os testes de efetividade de forma contínua.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos têm seu componente eficaz contabilizado no patrimônio líquido e o componente ineficaz no resultado. No semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o valor eficaz foi de R\$ 17.357 negativo líquido dos efeitos tributários.

d) Hedge de risco de mercado

Todo derivativo deve ser marcado a mercado com os efeitos levados ao resultado. Todavia, isso pode não ser simétrico com o reconhecimento de ganhos e perdas no objeto de *hedge*. Para mitigar os eventuais impactos o Banco Original realiza *Hedge Accounting*, que tem por finalidade equalizar o reconhecimento de ganhos e perdas no resultado ou patrimônio, tanto do derivativo como do objeto de *hedge*, de acordo o tipo de *hedge accounting* realizado. Portanto, o principal objetivo do *hedge accounting* é evitar a volatilidade de resultado no balanço e proteger economicamente a instituição quanto as possíveis oscilações causadas por oscilações de taxas de juros.

A efetividade das estruturas de *hedge accounting* deve ser comprovada desde a concepção e ao decorrer da operação, ao realizar testes prospectivos e retrospectivos, conforme descrito na regulamentação aplicável.

- Teste Prospectivo: possui o objetivo de comprovar a relação econômica entre o item protegido (objeto) e o instrumento de *hedge*. Utiliza-se de DV01 para demonstrar que o instrumento e o objeto do *hedge* variam de forma diretamente proporcional em relação à variação à taxa de juros (nominais e reais) e em direções opostas, apresentando a relação econômica na relação de proteção.

- Teste Retrospectivo: verifica o desempenho passado de cada estrutura, a partir dos valores a mercado apurados no mínimo mensalmente, no fechamento das demonstrações financeiras.

A estrutura de *hedge accounting* poderá ser descontinuada prospectivamente caso i) o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, terminado o exercício; ii) o *hedge* deixe de satisfazer as condições de efetividade; e iii) seja revogada a designação. A descontinuidade prospectiva se dará de forma a não se apurar a variação do ajuste ao valor justo do mês em que ocorreu a inefetividade e apropriar ao longo da vida das operações de objeto de *hedge* o ajuste ao valor justo acumulado até o último período em que as condições de efetividade foram satisfeitas.

Em 31 de dezembro de 2025 o Banco Original possui as seguintes estruturas de *hedge* vigentes:

i. Estrutura de Hedge Accounting Pré:

O Banco Original designa relações de *hedge accounting* para o fator de risco taxa de juros prefixada (risco PRÉ) no contexto de sua estratégia de gestão de risco de mercado. As relações de *hedge* têm como risco designado a variação no valor justo decorrente de alterações nas taxas de juros prefixadas, caracterizando-se como *hedge* de valor justo (*fair value hedge*).

a) *Hedge* da Carteira de Ativos: o item objeto de *hedge* compreende ativos financeiros prefixados, principalmente operações de Rural Livre e DIR (Depósito Interfinanceiro Rural), expostos ao risco de variação no valor justo decorrente de oscilações na estrutura a termo das taxas de juros prefixadas.

b) *Hedge* da Carteira de Cessão: o item objeto de *hedge* é composto por ativos financeiros prefixados relacionados a operações de cessão de crédito em reais, cujo valor justo é sensível às variações das taxas de juros prefixadas.

c) *Hedge* da Carteira de Títulos Públicos Federais: o item objeto de *hedge* inclui títulos públicos federais prefixados. A avaliação da efetividade é realizada de forma individual por título. Em 31 de dezembro de 2025, o Banco mantinha relações de *hedge* designadas para os títulos LTN e NTN-F.

d) *Hedge* de Passivos - LFS: o item objeto de *hedge* corresponde a instrumentos de dívida elegíveis a capital, emitidos entre fevereiro e abril de 2022, com prazos de vencimento superiores a 10 anos. O risco designado refere-se à variação no valor justo desses passivos decorrente de mudanças nas taxas de juros. prefixadas.

e) *Hedge* de Passivos - LFSC: o item objeto de *hedge* é constituído por Letras Financeiras Subordinadas Complementares (LFSC), com risco de taxa de juros prefixada.

f) *Hedge* de Passivos: Inclui passivos financeiros prefixados, com vencimento definido, emitidos em plataformas de distribuição. São elegíveis:

- Certificados de Depósito Bancário (CDB);
- Letras de Crédito Imobiliário (LCI);
- Letras de Crédito do Agronegócio (LCA);
- Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE);
- Letras Financeiras (LF)."

Os instrumentos de *hedge* designados nas relações acima são:

- Contratos futuros de DI1 negociados na B3; e
- Contratos de *swap* de taxas de juros"

Tais instrumentos são formalmente documentados, no momento da designação, como parte integrante da estratégia de *hedge accounting* do Banco.

As relações são estruturadas buscando o maior grau possível de alinhamento de prazos e volumes entre instrumentos de *hedge* e itens protegidos, de forma que se espere que as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* compensem, de maneira economicamente consistente, as alterações no valor justo do item objeto de *hedge* atribuíveis ao risco designado.

ii. Estrutura de *Hedge* Cupom Cambial

As operações de crédito e operações de passivos em moeda estrangeira abrem exposição a taxa de juros referencial em USD, denominada cupom cambial, que representa o efeito de custo oportunidade entre a taxa de juros de referência (DI) e a variação cambial decorrente da indexação em moeda estrangeira (USD). Esta exposição é mitigada com a utilização de contratos futuros de DDI. Desta forma, a estrutura de *hedge* protege o Banco da variação do diferencial Dólar-DI (taxa de juro referenciada em dólar), expresso em taxa de juros.

A estratégia de *hedge* adotada se enquadra em um *hedge* de risco de mercado uma vez que os instrumentos financeiros derivativos, futuro de DDI, são contratados a compensar a variação no valor de mercado do risco protegido.

Teste de efetividade

	Ajuste ao valor justo		Efetividade retrospectiva	Small numbers		Efetividade prospectiva
	Objeto	Instrumento		<2,5%	<0,5%	
<i>Hedge</i> pré - Ativos	(124)	121	97,79%	–	–	96,62%
<i>Hedge</i> pré - Cessão	(722)	722	100,00%	–	–	100,00%
<i>Hedge</i> pré - LTN	5.547	(5.547)	100,00%	–	–	100,00%
<i>Hedge</i> pré - NTN	1.874	(1.874)	100,00%	–	–	99,84%
<i>Hedge</i> pré - LFS	263.342	(267.618)	101,62%	–	–	99,77%
<i>Hedge</i> pré - LFSC	757	(2.652)	350,00%	0,31%	31,75%	100,66%
<i>Hedge</i> pré - Passivos	25.738	(25.885)	100,57%	–	–	99,77%
<i>Hedge</i> cupom cambial ativo	14.429	(16.012)	110,97%	–	–	99,98%
<i>Hedge</i> cupom cambial passivo	(1.190)	1.442	121,25%	–	–	99,39%

5.4) Operações de crédito

a) Composição da carteira de operações de crédito

	Saldo contratual	Perda	Ajuste de hedge de valor justo	31/12/2025 Valor contábil bruto	31/12/2024 Valor contábil bruto
Adiantamentos a depositantes	–	–	–	–	48
Empréstimos	8.310.464	(1.329.991)	12.191	6.992.664	8.369.065
Direitos creditórios descontados	23.076	–	–	23.076	85
Financiamentos a exportação	428.620	(12.922)	2.238	417.936	1.463.878
Financiamentos a importação	15.031	(36)	–	14.995	–
Financiamentos rurais - recursos direcionados LCA	1.573.939	(2.684)	(22)	1.571.233	1.110.943
Financiamentos imobiliários - não residenciais	642.693	(2.747)	–	639.946	424.564
Financiamentos imobiliários - residenciais	91	(88)	–	3	36.584
Total	10.993.914	(1.348.468)	14.407	9.659.853	11.405.167

b) Composição da carteira de outras operações com características de concessão de crédito

	Saldo contratual	Perda	Ajuste de hedge de valor justo	31/12/2025 Valor contábil bruto	31/12/2024 Valor contábil bruto
Títulos com característica de concessão de crédito	387	(383)	–	4	25
Créditos por venda a prazo de ativos não financeiro	23.811	(57)	–	23.754	36.583
Outras operações com característica de concessão de crédito	8.500.880	(45.792)	(722)	8.454.366	3.744.124
Total	8.525.078	(46.232)	(722)	8.478.124	3.780.732

c) Classificação por estágios de risco de crédito

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	31/12/2025 Valor contábil bruto
Operações de crédito	9.217.468	246.391	1.530.055	10.993.914
Outras operações com características de concessão de crédito	8.417.525	70.732	36.821	8.525.078
Compromissos de crédito e créditos a liberar	348.934	–	–	348.934
Garantias financeiras prestadas	497.281	–	–	497.281
Total	18.481.208	317.123	1.566.876	20.365.207

d) Provisão para perdas esperadas

Movimentação dos saldos de provisão para perda esperada

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Saldo inicial	(2.607.791)	(2.593.539)
Constituição / reversão	255.578	(1.443.225)
Baixa para prejuízo	958.207	1.428.973
Saldo final	(1.394.006)	(2.607.791)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o montante de créditos renegociados é de R\$ 2.652.394 (R\$ 3.350.779 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024) e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dessas operações somava R\$ 1.269.129 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.440.036 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

Operações de crédito e títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado, classificados em estágios de risco de acordo com a IFRS 9:

Ativos classificados	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	31/12/2025
Instrumentos financeiros	(30.383)	(3.347)	(1.359.603)	(1.393.333)
Posições <i>off-balance</i>	(673)	–	–	(673)
Total	(31.056)	(3.347)	(1.359.603)	(1.394.006)

Ativos classificados	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	31/12/2024
Instrumentos financeiros	(25.620)	(315)	(2.581.009)	(2.606.944)
Posições <i>off-balance</i>	(847)	–	–	(847)
Total	(26.467)	(315)	(2.581.009)	(2.607.791)

d) Garantias financeiras prestadas

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor atualizado	Perda esperada	Valor atualizado	Perda esperada
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	497.281	(673)	480.626	(847)

5.5) Outros instrumentos financeiros

	31/12/2025	31/12/2024
Custo amortizado (CA)		
Relações interfinanceiras	1.072.885	966.339
Depósitos em garantia - contingências trabalhistas	14.196	14.594
Depósitos em garantia - contingências fiscais	15.927	14.552
Depósitos em garantia - contingências cíveis	4.529	10.751
Negociação e intermediação de valores	76.716	29.931
Rendas a receber	17	6.898
Outros	1.610	1
Total	1.185.880	1.043.066

6. Investimentos

a) Investimentos em participação em coligada

	Moeda	Sede funcional	31/12/2024	Movimentação de		31/12/2025	01/01 a
			Valor justo do investimento	Equivalência patrimonial	Aportes de capital/ outros eventos	Valor do investimento	Equivalência patrimonial
PicPay Holdings Netherlands B.V.	Real	Holanda	128.588	33.920	120.731	283.239	5.872
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda (1)	Real	Brasil	(3.328)	(4.084)	4.945	(2.467)	6.850
Total			125.260	29.836	125.676	280.772	12.722

(1) Considera provisão para impairment no valor de R\$ 44.169.

7. Imobilizado

a) Composição

	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação	31/12/2025	31/12/2024
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	5.661	(3.145)	2.516	22.700
Sistemas de processamento de dados	20%	11.933	(10.981)	952	7.806
Sistemas de segurança e comunicações	20%	477	(470)	7	204
Total		18.071	(14.596)	3.475	30.710

b) Movimentação

	Movimentação de 01/01 a 31/12/2025				31/12/2025
	31/12/2024	Aquisições	Baixas	Depreciação	
Instalações, móveis e equipamentos de uso	22.700	330	(18.056)	(2.458)	2.516
Sistemas de processamento de dados	7.806	653	(3.310)	(4.197)	952
Sistemas de segurança e comunicações	204	–	(70)	(127)	7
Total	30.710	983	(21.436)	(6.782)	3.475

Durante o primeiro semestre de 2025, o Banco Original S.A. realizou a alienação de ativos classificados no imobilizado, compreendendo Sistemas de Processamento de Dados, Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso e Sistemas de Segurança e Comunicações, no valor total de R\$ 21.344. A alienação foi registrada com base no valor de venda acordado entre as partes, o qual foi superior ao valor contábil líquido dos ativos, resultando em um ganho de R\$ 19.961, reconhecido na demonstração do resultado do período, em conformidade com o disposto no item 68 do CPC 27 - Ativo Imobilizado.

A operação está inserida no contexto da reestruturação societária e estratégica entre o Banco Original e o PicPay, que até outubro de 2024 integravam o mesmo Conglomerado Prudencial, sob supervisão do Banco Central do Brasil. Durante esse período, os ativos imobilizados em questão eram utilizados de forma compartilhada entre as instituições, com o objetivo de otimizar os recursos operacionais.

Em decorrência da decisão de segregação do Conglomerado Prudencial e da consequente necessidade de estruturação independente das operações das entidades, foi identificada a necessidade de transferir à PicPay ativos essenciais à continuidade de suas atividades. Para isso, foi celebrado um “Contrato de Compra e Venda,” visando à formalização da transferência patrimonial de forma clara, objetiva e transparente. Os ativos alienados estavam livres e desembaraçados de quaisquer ônus, dívidas ou gravames.

A transação foi realizada em condições de mercado, assegurando a adequada mensuração dos ativos pelo valor justo, em conformidade com os princípios contábeis aplicáveis e com os critérios previstos no Manual do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - Cosif, e reflete o alinhamento estratégico das instituições no novo contexto societário.

8. Ativos intangíveis

a) Composição

	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização	31/12/2025	31/12/2024
Software	De 10% a 20%	330.416	(322.872)	7.544	–
Licenças de uso	De 20% a 100%	981.328	(981.153)	175	11.007
Total		1.311.744	(1.304.025)	7.719	11.007

b) Movimentação

	Movimentação de 01/01 a 30/06/2025				
	31/12/2024	Aquisições	Baixas	Amortização	31/12/2025
Software	–	175	–	–	175
Licenças de uso	11.007	7.012	–	(10.475)	7.544
Total	11.007	7.187	–	(10.475)	7.719

9. Direito de uso de bens arrendados

a) Composição

	Custo	Amortização	31/12/2025	31/12/2024
Direito de uso de bens arrendados	1.169	(405)	764	33.966
Total	1.169	(405)	764	33.966

b) Movimentação

	Movimentação de 01/01 a 30/06/2025				
	31/12/2024	Aquisições	Baixas	Amortização	31/12/2025
Direito de uso de bens arrendados	33.966	629	(33.455)	(376)	764
Total	33.966	629	(33.455)	(376)	764

10. Outros ativos

	31/12/2025	31/12/2024
Devedores diversos no país	4.049	266.033
Outros valores e bens	566.004	479.902
Títulos e créditos a receber, sem característica de concessão de crédito	580.504	–
Valores a receber de sociedades ligadas	74.032	64.287
Despesas pagas antecipadamente	31	39
Adiantamentos	2.789	5.138
Total	1.227.409	815.399

11. Passivos financeiros

a) Mensurados ao custo amortizado

a.1) Depósitos

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos à vista	93.248	–	–	–	93.248	207.570
Pessoas físicas	3.830	–	–	–	3.830	3.724
Pessoas jurídicas	15.993	–	–	–	15.993	63.086
Pessoas jurídicas ligadas	22.929	–	–	–	22.929	76.636
Vinculados	34.317	–	–	–	34.317	51.601
Saldos credores em empréstimos e financiamentos	16.179	–	–	–	16.179	12.523
Depósitos interfinanceiros	–	154.852	949.976	–	1.104.828	576.956
Depósitos à prazo	–	2.255.911	5.919.988	7.719.799	15.895.698	15.645.672
Em moeda nacional	–	818.683	4.839.234	7.719.799	13.377.716	13.729.339
Em moeda estrangeira	–	1.437.228	1.080.754	–	2.517.982	1.916.333
Total	93.248	2.410.763	6.869.964	7.719.799	17.093.774	16.430.198

CDB são emitidos com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 70% e 158% do DI; em operações prefixadas entre 9,25% e 17,16% a.a.; e em operações híbridas, sendo 100% do IPCA mais taxa prefixada entre 4,25% e 7,05% a.a..

a.2) Recursos de aceites e emissão de títulos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2025	31/12/2024
Letras de crédito do agronegócio (1)	1.196.934	4.605.007	4.477.767	10.279.708	6.547.329
Letras de crédito imobiliário (2)	45.543	278.590	308.842	632.975	1.246.556
Letras financeiras (3)	2.014	239.054	26.338	267.406	209.375
Total	1.244.491	5.122.651	4.812.947	11.180.089	8.003.260

(1) Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 88% e 111,5% do DI. Em operações prefixadas, a taxa praticada varia entre 8,98% e 14,50% a.a. Em operação híbridas, indexadas ao IPCA mais taxa prefixada entre 4,40% e 5,05% a.a..

(2) Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 99% do DI. Em operações prefixadas, a taxa praticada varia entre 8,98% e 14,28% a.a. Não havia saldo em operações híbridas indexadas ao IPCA mais taxa prefixada em 31 de dezembro de 2025.

(3) Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 111,00% e 119,50% do DI. Em operações pré-fixadas, a taxa praticada varia entre 13,2% e 22,1% a.a.. Não havia saldo em operações híbridas indexadas ao IPCA mais taxa prefixada em 31 de dezembro de 2025.

a.3) Instrumentos de dívida elegíveis a capital

	Taxas praticadas	Vencimento	Valor emitido	Valor curva	31/12/2025 Valor de mercado	31/12/2024 Valor de mercado
Letras financeiras subordinadas						
Complementar Autorizado	Pré-fixadas entre 18,29% e 18,40% a.a.	sem vencimento	559.717	1.523.977	676.654	–
Nível II Autorizado	Pré-fixadas entre 15,80% e 16,90% a.a.	entre 2032 e 2036	543.100		976.998	951.208
(+/-) Ajuste de hedge de valor justo					(264.100)	–
Total				1.523.977	1.389.552	951.208

a.4) Obrigações por empréstimos e por repasses

	De 3 a 12 meses	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos no Exterior			
Obrigações em moedas estrangeiras - Importação até 360 dias	15.031	15.031	–
(+/-) Ajuste de hedge de valor justo	1.190	1.190	–
Total	16.221	16.221	–

a.5) Outros passivos financeiros

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações por contratos de aluguel de bens	667	49.382
Negociação e intermediação de valores	65.965	43.638
Total	66.632	93.020

12. Provisões

a) Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões cíveis	31.913	14.689
Provisões trabalhistas	182.445	110.374
Provisão perdas esperadas garantias financeiras prestadas	6.488	–
Total	220.846	125.063

b) Contingências cíveis e trabalhistas

- **Provisões cíveis (consumeristas):** Basicamente, são ações movidas por clientes pleiteando revisão de termos e condições contratuais, indenizações e/ou outros pedidos relacionados a demandas consumeristas, as quais são analisadas de forma individualizada e/ou tratadas como demandas massificadas, conforme sua natureza. Na fase de conhecimento, para demandas massificadas, a mensuração das perdas prováveis utiliza o ticket médio de entrada, apurado a partir da segmentação dos processos por causa raiz dos litígios e dos percentuais históricos de perdas ocorridas em 2025. Na fase recursal e de execução, as perdas prováveis são mensuradas com base na liquidação dos pedidos julgados desfavoráveis em acórdão e/ou execução. Contingências classificadas como possíveis são mensuradas com base na liquidação dos pedidos, quando necessário, e as classificadas como remotas refletem a avaliação dos assessores jurídicos quanto à baixa probabilidade de perda e/ou decisões favoráveis. Os casos que não se enquadrarem no conceito de demandas massificadas serão avaliados individualmente, observando-se suas particularidades, e tratados conforme a análise técnica e a recomendação do advogado.

Para esses processos, em 31 de dezembro de 2025, havia o montante de R\$ 4.529 em depósitos judiciais.

- **Provisões trabalhistas:** Basicamente, são ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. Na fase de conhecimento, a mensuração das perdas prováveis considera o ticket médio histórico dos pagamentos realizados entre 2022 e 2025. Nas fases recursal e de execução, as perdas prováveis são mensuradas com base na liquidação dos pedidos julgados desfavoráveis em sentença, acórdão e/ou execução. Contingências classificadas como possíveis são mensuradas com base na liquidação dos pedidos, quando aplicável, e as classificadas como remotas refletem decisões favoráveis e/ou avaliação jurídica de alta probabilidade de êxito.

Para esses processos, em 31 de dezembro de 2025, havia o montante de R\$ 14.196 em depósitos judiciais.

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões para passivos contingentes cíveis e trabalhistas é de até quatro anos, podendo variar conforme o estágio processual.

b.1) Movimentação de passivos contingentes cíveis e trabalhistas

	Cíveis	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas
Saldo inicial	14.689	110.374	12.896	66.397
Constituição	34.389	123.542	51.132	79.031
Reversão	(17.165)	(51.471)	(49.339)	(35.054)
Saldo final	31.913	182.445	14.689	110.374

c) Passivos contingentes classificados como de risco de perda possível

São processos nas esferas cível, trabalhista e fiscal, classificados com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

	31/12/2025	31/12/2024
Processos fiscais	85.673	74.973
Processos cíveis	41.200	50.606
Processos trabalhistas	24.556	51.331
Total	151.429	176.910

13. Ativos e passivos fiscais
a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	42.488	(1.133.710)
Encargo total do IR e da CS às alíquotas vigentes	(19.120)	510.170
Efeito na apuração dos tributos		
Resultado de participações em coligadas e controladas	(6.948)	38.247
Provisão para perdas esperadas	48.478	29.147
Ajuste ao valor de mercado dos instrumentos financeiros	(13.589)	17.949
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	(29.122)	(20.596)
Outros	5.849	(81.107)
Imposto de renda e contribuição social	(14.452)	493.810
Provisão para imposto de renda	–	519.554
Provisão para contribuição social	–	(14.363)
Ativos / passivos fiscais diferidos - IR / CS	(14.452)	(11.381)

b) Composição dos ativos correntes

	31/12/2025	31/12/2024
Contribuição social a compensar	251	2.944
Imposto de renda a compensar	512	3.655
COFINS a compensar	1.394	151
PIS a compensar	3.973	3.888
Outros impostos a compensar	17.204	11.103
Total	23.334	21.741

c) Composição dos passivos correntes

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos e contribuições sobre salários	5.872	5.606
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	351	777
Provisão para imposto de renda	–	3.499
Provisão para contribuição social	–	2.922
Outros	2.072	672
Total	8.295	13.476

d) Composição dos ativos diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social	260.043	243.691
Provisão para perdas esperadas	3.303.684	2.787.338
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	100.198	56.278
Outras diferenças temporárias no resultado	26.305	409.369
Subtotal	3.690.230	3.496.676
Outras diferenças temporárias no patrimônio líquido	17.379	17.379
Total	3.707.609	3.514.055

e) Movimentação dos ativos diferidos

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Saldo inicial	3.514.055	2.994.506
Constituições	291.221	1.075.997
Realizações	(96.997)	(556.448)
Saldo final	3.708.279	3.514.055

f) Composição dos passivos diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
Ajuste ao valor de mercado dos passivos financeiros	42.694	332.009
Ajuste ao valor de mercado de derivativos e outros	–	(293.829)
Total	42.694	38.180

g) Movimentação dos passivos diferidos

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Saldo inicial	38.180	65.174
Constituições	5.182	480.568
Reversões	(668)	(507.562)
Saldo final	42.694	38.180

h) Expectativa de realização dos ativos diferidos

	31/12/2025
2026	456.234
2027	469.222
2028	360.515
2029	372.012
2030	396.920
2031	404.558
2032	310.922
2033	306.839
2034	306.839
2035	324.218
Total dos ativos diferidos	<u>3.708.279</u>

i) Valor presente dos ativos diferidos

O valor presente dos ativos diferidos em 31 de dezembro de 2025, considerando a taxa de captação projetada, é de R\$ 2.196.796

14. Outros passivos

	31/12/2025	31/12/2024
Credores diversos - no país	19.980	105.599
Provisão para outras despesas administrativas	12.593	14.127
Provisão para despesas de pessoal	72.547	57.539
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	8.677	739
Valores a pagar a sociedades ligadas	304	317
Rendas antecipadas	14	–
Outros	2.509	27.314
Total	116.624	205.635

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social. Poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social. Somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

b.2) Reserva estatutária

A legislação vigente e o estatuto social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para reserva estatutária, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, poderá ser utilizada para distribuição de dividendos aos acionistas.

c) Dividendos / juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado o direito aos dividendos mínimos obrigatórios, podendo também ser distribuído sob a forma de juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro do período, deduzida a parcela destinada a reserva legal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram deliberados juros sobre o capital próprio.

d) Outros resultados abrangentes

Refere-se ao ajuste ao valor justo líquido dos efeitos tributários relativo aos ativos financeiros (títulos públicos e privados) classificados como valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA); ao risco de crédito próprio (DVA); e swap designado para hedge do capital da agência nas Ilhas Cayman.

16. Receita de juros e similares

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Operações de crédito	2.272.190	3.033.970
Financiamentos	(106.917)	790.823
Empréstimos	1.808.356	1.927.584
Títulos descontados	571.464	313.761
Adiantamento a depositantes	8	1.802
Outras operações com característica de concessão de crédito	(721)	–
Títulos e valores mobiliários	337.610	167.558
Aplicações interfinanceiras de liquidez	336.979	167.558
Disponibilidades em moedas estrangeiras	631	–
Total	2.609.800	3.201.528

17. Despesa com juros e similares

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Captação com depósitos	(2.346.043)	(1.537.507)
Depósitos à prazo	(2.251.343)	(1.404.229)
Depósitos interfinanceiros	(94.700)	(133.278)
Captação no mercado aberto	(49.186)	(82.702)
Carteira própria	(49.186)	(82.702)
Recursos de aceite e emissão de títulos	(1.592.775)	(867.017)
Letras de crédito imobiliária	(110.238)	(215.249)
Letras de crédito do agronegócio	(1.002.435)	(448.891)
Letras financeiras	(480.102)	(202.877)
Contribuições ordinária e adicional	(28.245)	(19.597)
Fundo Garantidor de Crédito	(28.245)	(19.597)
Obrigações por empréstimos e repasses	228.892	(1.005)
Banqueiros no exterior	228.892	(1.005)
Outros	(51)	(5.741)
Bens arrendados	(51)	(5.741)
Total	(3.787.408)	(2.513.569)

18. Ganho / (perda) líquidos em investimentos em instrumentos financeiros

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Títulos	635.360	422.651
Títulos de renda fixa	621.998	574.348
Títulos de renda variável	10.279	(163.310)
Resultado de títulos no exterior	3.083	11.613
Derivativos	798.965	(401.208)
Non deliverable forward	490.641	(221.410)
Swap	94.606	62.594
Opções	(90.811)	84.004
Futuros	304.529	(326.396)
Total	1.434.325	21.443

19. Recuperação de créditos baixados para prejuízo

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	29.109	232.707
Total	29.109	232.707

20. Resultado em operações de câmbio

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Variações e diferenças de taxas	(86)	(2.493)
Receitas em operações de câmbio	7.717	–
Total	7.631	(2.493)

21. Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Transações de pagamento	–	264
Tarifas bancárias	28.494	21.369
Comissões de cartões	–	26.087
Cobrança e arrecadações	1.434	30.758
Garantias prestadas	8.725	6.279
Prestação de serviços de assessoria financeira	–	1
Total	38.653	84.758

22. Provisão para perdas esperadas em ativos financeiros

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Perda esperada em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (1)	257.067	(1.443.225)
Total	257.067	(1.443.225)

(1) Movimentação detalhada na nota explicativa 5.4.d

23. Despesas de pessoal

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Proventos	(137.671)	(147.635)
Encargos	(32.899)	(38.106)
Benefícios	(17.738)	(17.665)
Indenizações trabalhistas	(37.948)	(22.081)
Treinamentos	(414)	(374)
Total	(226.670)	(225.861)

24. Despesas tributárias

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
COFINS	(20.207)	(40.109)
ISS	(5.226)	(10.158)
Outras	(3.305)	(1.584)
Total	(28.738)	(51.851)

25. Outras despesas administrativas

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Serviços do sistema financeiro	(173.499)	(386.934)
Processamento de dados	(42.823)	(47.152)
Depreciações e amortizações	(17.633)	(118.882)
Serviços técnicos especializados e de terceiros	(30.182)	(57.141)
Comunicações	(2.958)	(3.860)
Propaganda e publicidade	(34)	(1.255)
Promoções e relações públicas	(47)	(287)
Publicações	(97)	(96)
Transportes e viagens	(2.940)	(2.516)
Manutenção e conservação de bens	(4.529)	(3.603)
Indenizações judiciais diversas	(29.103)	(38.387)
Serviços de vigilância e segurança	(16)	(25)
Água, energia e gás	(42)	(69)
Aluguéis	(568)	(446)
Material	(35)	(39)
Seguros	(124)	(133)
Outras	(68.995)	(52.617)
Total	(373.625)	(713.442)

26. Outras receitas / (despesas) líquidas

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Lucros em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros - operações de crédito	67.369	85.510
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	(89.295)	(45.771)
Outras provisões operacionais	(4.191)	(5.198)
Recuperação de encargos e despesas	30.773	92.133
Atualização de depósitos judiciais	1.371	1.272
Atualização de impostos a compensar	1.549	2.338
Despesas de charge back	–	(1.021)
Provisão para impairment de ativos	(2.027)	6.652
Resultado na alienação de valores e bens	116	7.315
Reversão de provisões operacionais	–	54.017
Outras	46.843	66.326
Total	52.508	263.573

27. Partes relacionadas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os benefícios de curto prazo recebidos pelo pessoal chave da Administração somaram R\$ 20.302.

Não houve pagamento de benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde de 2 a 9 meses após o desligamento no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Original não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

O Original não concedeu empréstimos ao pessoal chave da Administração no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Original realiza transações bancárias com partes relacionadas, tais como depósitos remunerados e não remunerados e antecipação de recebíveis. Dentre as principais empresas do grupo J&F, destacamos o PicPay Bank S/A, a PicPay Instituição de Pagamento S/A, a Crednovo Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S/A, a PicPay Invest DTVM Ltda, a JBS S/A, a JBS Aves Ltda, a Seara Comércio de Alimentos Ltda, a Flora Produtos de Higiene e Limpeza S/A, a Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limpeza Ltda, PicS Ltd e a J&F Investimentos S/A.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	Empresas do grupo J&F	Entidade controladora (1)	Entidades coligadas e controladas (2)	Pessoal chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2025
Ativos						
Instrumentos financeiros	3.602.929	293.889	–	282	–	3.897.100
Outros ativos	–	74.031	2	–	45.796	119.829
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	3.632.877	2.210	4.822	52.416	19.002	3.711.327
Outros passivos	67	–	237	–	–	304
						01/01 a 31/12/2025
Resultado						
Rendas de operações de crédito	774.946	–	–	–	–	774.946
Resultado com ativos financeiros	(5.433)	139.131	–	–	–	133.698
Despesas em operações de captação	(253.792)	(23)	–	(6.222)	(2.460)	(262.497)
Outras receitas e (despesas)	73.575	–	–	–	–	73.575

	Empresas do grupo J&F	Entidade controladora (1)	Entidades coligadas e controladas (2)	Pessoal chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2024
Ativos						
Instrumentos financeiros	5.840.679	–	4.343	–	–	5.845.022
Outros ativos	26	64.261	–	–	–	64.287
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	5.737.094	10	2.233	–	20.058	5.759.395
Outros passivos	316	–	2	–	–	318
						01/01 a 31/12/2024
Resultado						
Rendas de operações de crédito	431.562	–	–	–	–	431.562
Resultado com ativos financeiros	236.932	–	–	–	–	236.932
Despesas em operações de captação	(408.548)	(43.901)	–	–	(16.020)	(468.469)
Outras receitas e (despesas)	(257.114)	–	–	–	–	(257.114)

(1) J&F Participações S/A

(2) Original Corporate Corretora de Seguros Ltda, Original Hub Ltda.

No exercício de 2025, o Banco Original cedeu sem retenção substancial de riscos e benefícios ativos da carteira de crédito (crédito pessoal) para o PicPay Bank S.A. O objetivo da venda está aderente a estratégia contínua de especializar cada entidade em um mercado específico. O valor futuro da carteira cedida é de R\$ 982.813, e o preço total da transação foi de R\$ 625.548, gerando resultado líquido dos efeitos tributários de R\$ 18.374.

28. Estrutura de gerenciamento de riscos

O Original preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes. Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes, sendo o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Original segrega suas exposições em carteiras de negociação (trading) e carteira bancária (banking), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes do Banco Central do Brasil, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições nas quais há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira trading da Instituição. Nesse caso, diariamente, essas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- Value at risk (VaR) paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e holding period estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- Stress test;
- Stop loss.

Aqueles classificados como banking têm como finalidade a gestão do risco de mercado e, principalmente, do risco de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB - Interest Rate Risk in the Banking Book), composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem característica de negociação. O controle de risco dessa carteira é realizado por meio de métricas de perda estimada baseadas em choques históricos nas curvas de juros, bem como por métricas regulatórias e gerenciais de IRRBB, incluindo a variação do valor econômico do patrimônio (Δ EVE - Delta Economic Value of Equity) e a variação da margem financeira projetada (Δ NII - Delta Net Interest Income). A mensuração dessas exposições e o respectivo reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

	Value at risk	31/12/2025
	Média	Fechamento
Carteira trading		
Risco de taxas pré-fixadas	731	1.094
Risco de moedas estrangeiras	28.410	26.959
Risco de exposição com correlação	291	243
Carteira banking		
Risco de taxa de juros	81.836	143.341

O Original qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de crédito - Possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de mercado - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de liquidez - Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco operacional - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

a) Gerenciamento de riscos operacionais

Incluem-se nos eventos de risco operacional as fraudes internas e externas, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição, danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição, aqueles que acarretam interrupção de atividades, falhas em sistemas de tecnologia da informação, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

Inclui-se ainda os riscos associados a falhas em processos realizados por terceiros que possam afetar a operação do banco e conseqüentemente sua imagem, inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Original, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais/regulatórios, incluindo o descumprimento do programa de integridade e indenizações decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Original.

A estrutura de risco operacional do Original visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na política de gerenciamento de risco operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de risco operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um plano de contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o comitê de risco operacional e controles internos.

b) Gerenciamento de riscos de mercado

O risco de mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Original. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do banco segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda os requisitos do Banco Central do Brasil.

A análise de exposição das carteiras do Original é pautada em processos realizados pela diretoria de riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na política de risco de mercado, documento interno aprovado e revisado pelo F-GAP (Fórum de Gerenciamento de Ativos e Passivos).

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- VaR (valor em risco);
- Stress test;
- Stop loss; e
- Análise de sensibilidade;

c) Gerenciamento de riscos de liquidez

As diretrizes da Administração para o processo de risco de liquidez são norteadas pela política de risco de liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê de diretoria. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com as normas do Banco Central do Brasil. A definição dos limites e a periodicidade de monitoramento, bem como sua revisão, também são de responsabilidade do Comitê de diretoria.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Original, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de caixa;
- Teste de estresse; e
- Caixa mínimo;

d) Gerenciamento de riscos de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente de não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros, ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O Comitê de diretoria é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

À Diretoria de Riscos cabe propor ao Comitê de diretoria os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda à Diretoria de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

e) Gerenciamento de risco social, ambiental e climático

Consciente de sua responsabilidade para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e comprometido com o respeito à dignidade humana e com a disseminação da cultura de responsabilidade social, ambiental e climática, o Banco Original possui uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e realiza o monitoramento contínuo do cumprimento dos princípios, valores, estratégias e diretrizes ali estabelecidos. A PRSAC do Banco Original é um instrumento de gestão integrada que abrange:

Estrutura de governança direcionada às questões sociais, ambientais e climáticas; Avaliação e gestão de risco social, ambiental e climático; Atividades e operações que devem ser priorizadas na implementação da PRSAC, observando-se os princípios da proporcionalidade e relevância; Verificação da aderência à PRSAC; Divulgação e a revisão da PRSAC; e Capacitação de empregados para a implementação de ações em sintonia com a PRSAC. Faz parte do gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático as verificações do cumprimento das regras e procedimentos estabelecidos na PRSAC. Para isso, o Banco Original possui uma estrutura de Governança Corporativa constituída

apta a dar tratamento adequado às questões sociais, ambientais e climáticas, proporcionalmente à exposição e à declaração de apetite ao risco da instituição, assegurando a aderência e a integração com as demais políticas do Original e que, entre outros, tem o objetivo de implementar, avaliar e monitorar a efetividade e a adequação de sua PRSAC. Inclui: Comitê de Diretoria (CD) - órgão máximo da governança, sendo responsável pela aprovação e revisão da PRSAC, bem como assegurar sua aderência e às ações com vistas à sua efetividade; Comitê de Gestão Integrada de Riscos (CGIR) - assessorar as diretrizes estratégicas de gerenciamento integrado de riscos e de capital do Original, de acordo com o seu regimento interno/regulamento; Comitê de Risco Operacional e Socioambiental (CROS) - órgão nomeado pelo Comitê de Diretoria, com a função de definir as diretrizes e acompanhar ocorrências relacionadas a gestão de Risco Operacional, Controles Internos, Continuidade de Negócios e Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, monitorando e avaliando a PRSAC; Área de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Risco Social, Ambiental e Climático - sendo responsável por manter a PRSAC atualizada e acompanhar seu cumprimento e efetividade, assim como integrar e coordenar as ações de identificação, avaliação, controle, monitoramento e reporte dos riscos sociais, ambientais e climáticos.

29. Suficiência de capital

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções 4.955/21 e 4.958/21 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de patrimônio de referência (PR nível I e nível II) e ativos ponderados pelo risco (RWA).

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo Conglomerado Prudencial.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do índice de Basileia, calculado com base nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio de referência Nível I	2.516.475	2.048.502
Capital Principal	1.839.822	1.476.065
Capital Complementar	676.653	572.437
Patrimônio de referência Nível II	976.998	836.931
Patrimônio de referência (Níveis I e II)	3.493.473	2.885.433
RWA - Ativos ponderados pelo risco	24.188.025	20.651.218
RWACPAD (parcela de risco de crédito)	22.170.730	16.291.559
RWAMPAD (parcela de risco de mercado)	313.311	4.174.478
RWAOPAD (parcela de risco operacional)	1.703.984	185.181
Índice de Basileia III e II	14,44%	13,97%

O Conglomerado mostrou-se enquadrado no limite regulatório para o índice de Basileia, que para dezembro de 2025 é 14,44%, apresentando patrimônio de referência compatível com seu nível de risco. São divulgadas trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de nível I e nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias, encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br. Adicionalmente ao índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor, de forma que o Conglomerado apresentou indicador de 5,59% em 31 de dezembro de 2025.

A controladora do Conglomerado Prudencial Original possui liquidez e capacidade financeira para dar suporte ao plano estratégico de capital.

30. Informações complementares

a) Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Resultado BRGAAP vs. IFRS

	01/01 a 31/12/2025	31/12/2025	01/01 a 31/12/2024	31/12/2024
	Resultado	Patrimônio Líquido	Resultado	Patrimônio Líquido
Demonstração financeira BRGAAP	22.823	1.803.370	18.320	1.730.763
Consolidação Investimento	7.924	13.902	–	–
Perda esperada (IFRS 9)	1.488	1.488	(1.189.082)	(1.059.783)
Accrual de juros de 30 a 90 dias	–	–	4.472	18.796
Arrendamento mercantil (IFRS 16)	67	98	(12.154)	(15.414)
Valor justo da Original Corretora	–	44.169	–	44.169
Impairment da Original Corretora	–	(44.169)	–	(44.169)
Crédito tributário	(4.266)	(4.266)	538.544	385.910
Outros ajustes	–	–	–	(35.005)
Demonstração financeira IFRS	28.036	1.814.592	(639.900)	1.025.267

b) Plano de aposentadoria e pensões

O Original não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não são aplicáveis as exigências da deliberação CVM 695/12.

c) Plano de saúde - benefício pós emprego

O Original é o principal patrocinador do plano de saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pela Bradesco Saúde, cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção a doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os colaboradores demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do acordo coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 414, e no semestre findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 243.

d) Seguros

O Banco Original contrata apólices de seguros para proteção dos imóveis onde se encontram suas unidades de negócio, seguros de vida de seus empregados, diretores, administradores e para cobertura de ações judiciais nas esferas cíveis e trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura total somava R\$ 84.113. O prêmio pago foi de R\$ 975.

31. Eventos subsequentes

Em 28 de janeiro de 2026, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social do Banco Original em R\$ 239.851, totalmente subscrito e integralizado. O capital social, passará a ser de R\$ 1.896.385 dividido em 1.497.788.823 ações escriturais sem valor nominal, sendo 998.894.412 ordinárias e 498.894.411 preferenciais. O aumento de capital está em processo de homologação pelo BACEN.

Oferta Pública Inicial de Ações da Investida PicPay Netherlands B.V.

Em 20 de janeiro de 2026, a PicPay Netherlands B.V., posteriormente renomeada para PicS N.V., sociedade da qual o Banco Original S.A. é investidor, protocolou junto à Securities and Exchange Commission (SEC) o pedido de registro para a realização de oferta pública inicial de ações (IPO).

Em 29 de janeiro de 2026, a referida investida concluiu sua oferta pública inicial de ações ordinárias Classe A, passando a ter suas ações admitidas à negociação na Nasdaq Global Select Market, sob o ticker "PICS", após a declaração de efetividade do registro pela SEC.

De acordo com as informações públicas constantes no prospecto final arquivado na SEC, anteriormente à oferta o Banco Original S.A. detinha 10.139.388 ações ordinárias Classe A, correspondentes a aproximadamente 9,5% do capital social total da investida.

Após a conclusão da oferta, considerando a emissão primária de ações, a participação do Banco Original S.A. passou a representar aproximadamente 7,82% do capital social total da companhia (sem exercício da opção de lote suplementar pelos coordenadores da oferta), mantendo o mesmo número de ações detidas.

A oferta foi precificada a US\$ 19,00 por ação, o que implicou em um valor de mercado estimado para a participação do Banco Original S.A. de aproximadamente US\$ 192,6 milhões na data da conclusão do IPO, com base no número de ações detidas.

A Administração avaliou esse evento subsequente de acordo com o CPC 24 / IAS 10 - Eventos Subsequentes e concluiu que se trata de evento não ajustável, uma vez que não evidencia condições existentes na data-base de 31 de dezembro de 2025.

Dessa forma, não foram reconhecidos efeitos contábeis nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Eventuais impactos patrimoniais e financeiros decorrentes da abertura de capital da investida serão reconhecidos no período em que se tornarem mensuráveis de forma confiável, conforme as práticas contábeis aplicáveis.

Administradores responsáveis pela divulgação das demonstrações financeiras consolidadas

A Diretoria

Marcelo Rosas Betine
Contador
CRC 1 PR044644/O-6 "S" SP